

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE REGULAMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES POR APP (PLP 152/25)

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. AUGUSTO COUTINHO)

Requer que todas as demais proposições (projetos de lei e projetos de lei complementar) em curso que tratam sobre trabalho por aplicativo sejam apensadas ao Projeto de Lei Complementar nº 152/2025 para tramitação conjunta ou, ao menos, que essas demais proposições sejam suspensas até que haja deliberação desta Casa Legislativa sobre o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados que todas as demais proposições (projetos de lei e projetos de lei complementar) em curso que tratam sobre trabalho por aplicativo, inclusive em seus aspectos previdenciários, sejam apensadas ao Projeto de Lei Complementar nº 152/2025 (proposição principal) para **tramitação conjunta**.

Subsidiariamente, caso não seja possível a tramitação conjunta por algum obstáculo de ordem técnica ou operacional, requeiro que seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados que, ao menos, as demais proposições (projetos de lei e projetos de lei complementar) em curso que tratam sobre trabalho por aplicativo, inclusive em seus aspectos previdenciários, sejam **suspensas** até que haja deliberação desta Casa Legislativa sobre o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025.



JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Especial sobre Regulamentação dos Trabalhadores por App, constituída para analisar o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025, vem promovendo amplos debates sobre o tema, a fim de construir um parecer e um substitutivo que contemple, de forma democrática, os diversos pontos de vista sobre a matéria.

Nesse contexto, a formulação do parecer pretende levar em conta as ideias já materializadas nas proposições em curso nesta Casa, como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 536/2024, de autoria do Deputado Daniel Agrobom; o Projeto de Lei nº 1579/2025, de autoria da Deputada Talíria Petrone; e o Projeto de Lei nº 2479/2025, de autoria do Deputado Guilherme Boulos e outros.

Ocorre que os projetos citados, assim como diversos outros sobre o tema que tramitam perante a Câmara dos Deputados, estão tramitando de forma autônoma, o que pode causar prejuízos para a tentativa de debater e legislar sobre a temática de modo amplo e concentrado perante a presente Comissão Especial, que foi constituída para essa finalidade.

Desse modo, a tramitação conjunta de todas as proposições (projetos de lei e projetos de lei complementar) em curso que tratam sobre trabalho por aplicativo, inclusive em seus aspectos previdenciários, tendo o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025 como projeto principal, é uma medida de eficiência e racionalização dos trabalhos desta Casa.

Entretanto, caso, por qualquer motivo técnico ou operacional, não seja possível a tramitação conjunta, compreendo, também por razões de eficiência e racionalização que, ao menos, as proposições (projetos de lei e projetos de lei complementar) em curso que tratam sobre trabalho por aplicativo, inclusive em seus aspectos previdenciários, deverão ser suspensas até que haja deliberação desta Casa Legislativa sobre o Projeto de Lei Complementar nº 152/2025.

Assim, solicito o apoio dos demais Deputados Federais para aprovação do presente requerimento.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado AUGUSTO COUTINHO

2025-18612

Apresentação: 14/10/2025 11:17:06.337 - PLP15225

REQ n.51/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256249743900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Augusto Coutinho

